



Câmara Municipal  
**Jundiaí**  
SÃO PAULO

00100 035992/2019-86

0402 0408 (2/501e)



Of. PR/DL 57/2019

Jundiaí, em 27 de fevereiro de 2019

Junte-se ao processado do  
PLC

nº 3, de 2013

Em 04 / 04 / 19

Exmo. Sr.

Presidente do Senado Federal

Davi Alcolumbre

Brasília - DF

→ Sen. Izalci Lucas

Encaminho, por cópia anexa, a MOÇÃO N.º 186, de autoria do Vereador Douglas Medeiros, aprovada na 92.ª Sessão Ordinária, nesta data.

Grato pela gentil atenção, apresento respeitosas saudações.

**FAOUAZ TAÇA**  
Presidente



**MOÇÃO Nº 186**

REPÚDIO ao art. 3º, IV, da Lei Federal 12.845/2013, que dispõe sobre atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

**APRESENTADA**

*Leon Saly*  
Presidente

26 / 02 / 2019

*Leon Saly*  
26 02 2019

A vida humana deve ser respeitada e protegida de maneira absoluta a partir do momento da concepção. Desde o primeiro momento de sua existência, o ser humano deve ter reconhecido o seu direito de pessoa, entre os quais o direito inviolável de todo ser inocente à vida. O aborto é ato contrário à vida e sua prática é violação à legislação que garante inviolabilidade do direito à vida, conforme a Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º., e ainda o Código Civil de 2002, cujo art. 2º estabelece: "A personalidade civil da pessoa começa no nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro".

Porém, a Lei Federal 12.845, de 1º. de agosto de 2013 – promulgada pela então Presidenta Dilma Rousseff – que dispõe sobre atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, no art. 3º, inciso IV, obriga os hospitais a realizar "profilaxia da gravidez". Ora, gravidez não é doença merecedora de profilaxia, muito menos o bebê gerado pode ser comparado a doença ou algo nocivo.

A violência sexual é uma das mais terríveis formas de violência contra o ser humano e deixa sequelas não apenas no corpo como também na alma e no coração das vítimas. Porém, por mais nobre que seja o seu objetivo, tal lei amplia a possibilidade de qualquer mulher buscar a rede pública a fim de realizar um aborto.

APRESENTO portanto à Mesa, na forma regimental, sob apreciação do Plenário, esta Moção de REPÚDIO ao art. 3º, IV, da Lei Federal 12.845/13, que dispõe sobre atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Dê-se ciência a: 1. Presidente do Senado Federal; 2. Presidente da Câmara dos Deputados; 3. Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos DAMARES REGINA ALVES; 4. Deputado federal ENRICO VAN BLARCUM DE GRAAFF MISASI; 5. Bispo Diocesano de Jundiaí Dom VICENTE COSTA; 6. Nuncio Apostólico no Brasil Dom GIOVANNI D'ANIELLO.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2019.

*Douglas Medeiros*  
DOUGLAS MEDEIROS

Brasília, 02 de abril de 2019.

Senhor Faouaz Taha, Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí - SP,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Of. PR/DL 57/2019, de Vossa Excelência, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida para juntada ao Projeto de Lei da Câmara nº 3 de 2013, que *"Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual"*.

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:  
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/111416>.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa